



**UNIVERSIDADE DO MINHO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS**

**CURSO DE LICENCIATURA  
EM  
CONTABILIDADE E FINANÇAS**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Ano letivo 2016/2017 – 4.º Ano

**Autor: João Miguel Tavares da Veiga, N.º 3277**

**Orientador: Msc Carlos Rodrigues**

**Mindelo, 2017**

**João Miguel Tavares da Veiga**

**Planeamento Fiscal em sede de IRPC nas Empresas em São Vicente**

Monografia sujeita a obtenção do grau de  
Licenciatura do Curso de Contabilidade e  
Finanças, da Universidade do Mindelo

**Orientador: Msc. Carlos Rodrigues**

**Mindelo, Setembro de 2017**

## **DEDICATÓRIA**

*Aos meus pais;  
Pela motivação, carinho, apoio  
e confiança.*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a toda minha família, em especial aos meus pais e meus irmãos pela força e apoio que sempre me proporcionaram.

Um especial agradecimento ao mestre Carlos Rodrigues, pela orientação, apoio, paciência e disponibilidade.

As empresas que contribuíram com o estudo concedendo a entrevista proporcionado.

Aos professores da Universidade do Mindelo, pelos conhecimentos partilhados e aos colegas por longa convivência e caminhadas durante esses quatro anos.

Agradeço ainda, em especial a colega Vanderleia Conceição por todo apoio e companheirismo vivenciados nesses anos de formação.

A todos que contribuíram de uma forma direta e mesmo indireta

Muito obrigado!!!

## **EPÍGRAFE**

*“A imaginação é mais importante que o  
conhecimento”*

**Albert Einstein**

## **RESUMO**

Cabo Verde um país arquipelágico, com várias empresas operando no mesmo ramo, de modo a que se observa uma certa competitividade, é evidente que as empresas têm de munirem de estratégias de modo a diminuïrem ao máximo os gastos. Tendo em conta que a taxa de imposto atual é de 25% sobre o lucro e o Estado nos fornece meios que se for bem implementado podem reduzir a carga fiscal através das deduções à coleta feitas de acordo com os benefícios fiscais e a lei de mecenatos.

É nesta linha que foi desenvolvido o trabalho intitulado “planeamento fiscal em sede de IRPC na empresas em São Vicente”, cujo objetivo principal é descrever, como e com que finalidade as empresas em São Vicente utilizam o planeamento fiscal como instrumento de gestão, no pagamento atempado e na redução do valor do imposto a pagar, tendo em conta que este método planeamento fiscal é pouco utilizado e explorado pelos dirigentes das empresas e muitas vezes alguns nem conhecimento têm do mesmo, embora trata-se de uma área bastante sensível que se for bem estudada e explorada trará benefícios visíveis para a entidade.

Desta forma, foi utilizada a metodologia qualitativa, que para obtenção dos objetivos desejados realizou-se uma pesquisa bibliográfica através de material já publicado, constituído principalmente por livros abordando vários autores, artigos científicos, monografias e internet. É de ressaltar que ainda foi feito uma entrevista num total de 5 empresas direcionadas ao responsável financeiro do mesmo.

Através da entrevista, chegou-se à conclusão de que as médias e grandes empresas em São Vicente utilizam o planeamento fiscal apenas como instrumento de gestão de tesouraria no cumprimento fiscal.

**Palavras-chaves:** Contabilidade, Planeamento Fiscal, IRPC.

## **ABSTRACT**

Cape Verde is an archipelago country with several companies operating in the same area of businesses from which we can observe some competitiveness, its evident that those companies should improve their strategies in order to maximum reduce their operating costs. Considering that nowadays the fixed tax over the profit is 25% and the state is offering means that if well implemented can reduce the fiscal loads through the deduction done from the incomes in according with the fiscal and the so called mecenate laws

In this Island where this study was developed with the title “Fiscal planning in the ambit of IRPC in Sao Vicente companies’, and the main objective is to describe how and what final purpose the companies in sao Vicente use the fiscal planning as a management tool in the timely payment in the tax reduction to be paid, taking into account that this planning method is few used and explored by the top management of the companies and in some how many even are not familiarized with it, nevertheless is a sensitive area that when well-known and explored bring visible benefits to the entities

In this sense the quantitative methodology was used, that for reaching the set objectives, a bibliography research was done through the published materials, constituted mainly from books from different authors , Scientifics articles and final thesis. It should be noted that an interview has been applied to five companies direct to the financial responsible

Through the applied interviews we can concluded that the medium and big companies in Sao Vicente are using the fiscal planning only as a management tool in their treasure to the fiscal complymnt

**Key words:** Accountability, Fiscal Planning, IRPC

## **LISTAS DE SIGLAS**

IASC - International Accounting Standards Committee

IASB - International Accounting Standards Board

IFRS - International Financial Reporting Standards

IAS - International Accounting Standards

SIC - Standing Interpretations Committee

PNC - Plano Nacional de Contabilidade

SNCRF - Sistema de Normalização contabilística e de Relato Financeiro

POC - Plano Oficial da Contabilidade

CNNC - Comissão Nacional de Normalização Contabilística

NRF - Normas de Relato Financeiro

EC - A estrutura conceptual

NRF - As normas de relato financeiro

DF - As demonstrações Financeiras

CC - O código de contas

CIRPC - Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IUR-PC - Imposto Único Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e Equiparadas

CRCV - Constituição da Republica de Cabo Verde

CGT - Código Geral Tributário

IRPC - O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas

RJITNA - Regime Jurídicos das Infrações Tributarias não Aduaneiras

BF - Benefícios Fiscais



CIN - Centro Internacional de Negócios

CII - Centro Internacional de Industria

CIC - Centro Internacional de Comercio

INE – Instituto Nacional de Estatística

## Índice

DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS .....	iii
EPÍGRAFE .....	iv
RESUMO .....	v
ABSTRACT .....	vi
LISTAS DE SIGLAS .....	vii
Índice .....	ix
INDICE DE TABELA .....	xi
CAPITULO I.....	1
1. Introdução.....	1
1.1 A Problemática de Investigação: .....	3
1.2 Objetivos.....	3
1.2.1 Objetivo geral: .....	3
1.2.2 Objetivos específicos:.....	4
1.3 Justificativa: .....	4
1.4 Metodologia.....	5
CAPITULO II.....	7
2. Enquadramento Teórico .....	7
2.1 A Harmonização Contabilística e o SNCRF.....	7
2.2 A contabilidade como sistema de informação no cumprimento Fiscal .....	12
2.3 Determinação do Resultado Contabilístico e do Lucro Tributável em Cabo Verde 15	
2.3.1 Lucro Contabilístico .....	15
2.3.2 Lucro Tributável.....	17
2.4 Determinação da matéria coletável .....	18
3. O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.....	19
3.1 Enquadramento .....	20
3.2 A liquidação e o pagamento do imposto.....	21
4. Planeamento Fiscal.....	24
4.1 A Evasão e a Fraude fiscal.....	27

5. Código de Benefício Fiscal .....	31
5.1 Aspetos Gerais .....	31
5.2 Benefícios fiscais em sede de IRPC. ....	33
5.2.1 Benefícios fiscais ao investimento .....	33
5.2.2 Benefícios fiscais à internacionalização .....	34
5.2.3 Benefícios fiscais ao Centro Internacional de Negócios .....	35
5.2.4 Benefícios Fiscais de Caracter Social .....	36
5.3 A lei de mecenato .....	37
Capítulo III .....	40
6. Análise empírica do planeamento fiscal nas empresas em sede de IRPC nas empresas em são vicente .....	40
6.1 Empresas em são vicente .....	40
6.2 Análise do resultado das entrevistas .....	40
7. Considerações Finais.....	43
8. Bibliografia.....	45
ANEXOS .....	47

## **INDICE DE TABELA**

TABELA 1: QUADRO RESUMIDO DE VANTAGENS E OBSTÁCULOS DA HARMONIZAÇÃO CONTABILÍSTICA .....	9
TABELA 2: DESMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR NATUREZA.....	16

## **CAPITULO I**

### **1. Introdução**

Na era atual em relação ao contexto económico e social em que as pessoas estão cada vez mais exigentes com os produtos ou serviços, tendo no meio empresarial, além da competitividade, uma concorrência cada vez mais acirrada, entre outros fatores, as empresas têm que estar sempre a inovar para dar resposta a globalização.

A inovação requer investimento, o investimento requer retorno e para haver retorno tem que houver lucro. O lucro por si só pode não ser o suficiente de modo que as organizações têm que abarcar tudo o que esteja ao seu alcance, de forma lícita, para minimizar os gastos e por esta via aumentar a liquidez.

Nesta ótica surge o planeamento fiscal como um excelente método de racionalização dos pagamentos fiscais, podendo diminuir a carga fiscal, fazendo a autoliquidação e o pagamento dentro do prazo estipulado pelo fisco, sem nenhum constrangimento para a tesouraria.

Deste modo pode-se afirmar que é um método pouco explorado pelos gestores, uma vez que, segundo um colaborador das finanças que foi muitos anos o Chefe da Repartição das Finanças muitas empresas fazem a autoliquidação e o pagamento nos últimos dias do prazo estipulado e alguns grupos significativos de empresas nem conseguem fazê-lo, ficando sujeitos a multas e coimas.

O trabalho de investigação tem como tema “planeamento fiscal em sede de IRPC nas empresas em São Vicente”, onde pretende analisar como é tratado os *dossiers* fiscais nas empresas em regime de contabilidade organizada em São Vicente.

Pretende-se ainda demonstrar a importância do planeamento fiscal e como sua falta pode interferir no cumprimento e aumento da carga fiscal. Um planeamento fiscal eficiente auxilia a empresa a tomar melhores decisões de tesouraria, geração de empregos, perfil de novos profissionais para o quadro da empresa e estagiários, permitindo a empresa obter vantagem competitiva em relação a outras no mercado.

O Trabalho encontra-se estruturado em quatro capítulos:

- O primeiro destaca o processo de investigação onde se debruça os objetivos a justificação e a metodologia utilizada;
- O segundo capítulo sustenta o enquadramento teórico do estudo, focando nos conceitos de Contabilidade, Planeamento Fiscal e IRPC;
- O terceiro capítulo refere-se ao estudo empírico nas empresas em São Vicente.

## **1.1 A Problemática de Investigação:**

Num pequeno arquipélago formado por 10 ilhas, sendo 9 povoadas, tendo como um grande problema, atual, à ligação regular das mesmas, com várias empresas operando no mesmo ramo, de modo a que se observa uma certa competitividade, prevê-se que as empresas tendem a atuar de modo a reduzir ao máximo os gastos, aumentar os resultados e, consequentemente, aumentar a liquidez.

Nas empresas além dos gastos operacionais e outros gastos que podem ser racionalizados, temos uma taxa de imposto de 25% sobre o resultado em que, se for planeado, o valor a pagar pode ser reduzido e o pagamento efetuado a tempo.

O planeamento fiscal é um excelente instrumento de gestão da tesouraria no que tange ao cumprimento fiscal, assim poder-se-á evitar as coimas e multas por atraso no pagamento ou não pagamento e, numa outra vertente, pode ajudar na redução do tributo através dos benefícios fiscais, de modo que o nosso sistema fiscal nos permita deduções à matéria coletável ou à coleta.

A nível do planeamento dos contribuintes que têm maior dimensão quer física, financeira e detém a maior quota do mercado tende-se questionar:

**As médias e grandes empresas em São Vicente utilizam o planeamento fiscal como instrumento de gestão de tesouraria no cumprimento fiscal e na redução do imposto?**

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral:**

O objetivo geral é descrever, como e com que finalidade as empresas em São Vicente utilizam o planeamento fiscal como instrumento de gestão, no pagamento atempado e na redução do valor do imposto a pagar.

### **1.2.2 Objetivos específicos:**

- Identificar como as empresas em São Vicente fazem o planeamento fiscal;
- Se existe dentro da instituição algum departamento ou profissional responsável para esta área, ou se é feito através de gabinetes externos;
- Relação entre a contabilidade e a fiscalidade;
- Descrever as relações entre o fisco e estas empresas;
- Confrontar uma empresa que faz um planeamento fiscal com outro que não o faz.

### **1.3 Justificativa:**

Sendo Cabo Verde um País com um mercado muito reduzido, com muitas empresas operando no mesmo ramo de atividade, com muita competitividade e uma concorrência cada vez mais apertada, onde o imposto (IRPC) tem uma carga de 25% sobre o lucro, para além de tributações autónomas sobre determinadas despesas. É fundamental e imperioso terem as suas atividades bem planeadas, por forma a fazer face a todas as adversidades que o mercado lhes apresenta e não deixar de cumprir com as suas obrigações, principalmente as obrigações fiscais que, por incumprimento, acarretam multas, coimas e outras penalizações.

O interesse pelo tema despertou pelo facto de termos consciência que a ideia principal, em relação a matérias fiscais, prende-se essencialmente numa “luta” entre as autoridades fiscais e os contribuintes. Enquanto as autoridades pretendem cobrar o máximo possível, dos impostos, os contribuintes querem pagar o mínimo possível. Com isso tentaremos perceber se, à luz do nosso sistema fiscal, é possível, para as empresas, por um lado, conseguir uma redução do tributo de uma forma simples, eficaz e dentro da lei e, por outro lado, programar e planear as obrigações fiscais que lhes permita cumpri-las sem sobressaltos e sem pôr em causa a tesouraria. Daí que o estudo pretende auferir a informação de como seria possível às empresas tirarem partido do código dos benefícios fiscais e como poderiam programar as suas obrigações fiscais.



Pretendemos, com isto, mostrar para as empresas que, eventualmente, desconheçam ou nunca manifestaram interesse por este tema quais as vantagens e os benefícios que poderão alcançar com um bom planeamento fiscal e apresentar à sociedade em geral e, particularmente, à sociedade académica um tema que pode ser pertinente e que possa ser explorado e aprofundado futuramente.

## **1.4 Metodologia**

A monografia será classificada como pesquisa bibliográficas, qualitativa, descritiva e exploratória e será aperfeiçoada através de entrevistas.

Para a elaboração do marco teórico, dever-se-á recorrer, numa primeira fase, ao método bibliográfico que na opinião de Köche cit in Corrêa et al. (2014), uma pesquisa bibliográfica é "[...] a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres", de modo que será possível reunir todas as informações possíveis e relevantes acerca da metodologia de investigação, planeamento, fiscalidade e contabilidade, para o apuramento de resultados pretendidos.

A abordagem utilizada nesta pesquisa é qualitativa, pois utiliza fontes de conhecimento existentes para a elaboração do trabalho, não empregando nenhum instrumento estatístico na elaboração do mesmo.

A entrevista é a técnica de pesquisa utilizada em estudo, que de acordo com (Silva A. C., 2008), “pode ter como objetivo averiguar factos ou fenómenos”. A entrevista aplicada será semiestruturada, será elaborado um guião com alguma rigidez, de modo a dar respostas a todas as preocupações do pesquisador.

Direcionada aos objetivos, a pesquisa caracterizar-se-á como descritiva e exploratória, pois visará proporcionar maior familiaridade com o código de benefício fiscal e a descrição do fisco sobre os contribuintes onde poderá “existir uma exata descrição dos fenómenos e dos factos, sem possibilidade de uma verificação através da observação”, de toda a população (Silva A. C., 2008).

O método em estudo será o monográfico, para demonstrar a importância do planeamento uma vez que se paga um valor significativo em imposto e muitas vezes fora de prazo o que pode implicar a aplicação de coimas e multas.

## CAPITULO II

### 2. Enquadramento Teórico

#### 2.1 A Harmonização Contabilística e o SNCRF

Tudo teve início em 1973 com a criação de uma fundação independente sem fins lucrativos denominadas do *International Accounting Standards Committee* (IASC) pelos organismos profissionais de contabilidade de 10 países, onde o objetivo assentou em formular e publicar de forma totalmente independente um novo padrão de normas contábeis internacionais que possa ser universalmente aceite no mundo.

Em 2001 convergiu o IASC com todos os ativos e passivos para *International Accounting Standards Board* (IASB), em que predomina até hoje como organismo privado emissor de normas contabilísticas de elevada qualidade levando essa informação financeira harmonizada a nível internacional.

Referindo a conversão do IASC para a IASB houve muita alteração.

*O IASC, deu lugar ao IASB e as normas a serem emitidas passaram a denominar-se International Financial Reporting Standards (IFRS). A alteração de IAS (International Accounting Standards) para IFRS envolve uma mudança de fundo: enquanto a denominação IAS abrange a Contabilidade, a denominação IFRS passa a abranger o Relato Financeiro. Esta alteração não ocorreu por acaso: pretende-se enfatizar a importância do relato financeiro e não meramente o tratamento de aspetos contabilísticos, (Rodrigues 2011).*

As normas internacionais de contabilidade editadas desde 1975, têm como objetivo reduzir as divergências entre os procedimentos e normas contábeis entre países. A criação do IASB fez com que as normas aprovadas pelo IASC fossem incorporadas a ele. A partir de 2001 as normas emitidas passaram a se chamar IFRS, as antigas interpretações, denominada SIC (*Standing Interpretations Committee*) passaram a se chamar IFRIC Sales (2011)

Rodrigues (2011) aponta que algumas das razões para a harmonização contabilística, referindo que no início a contabilidade era feita a gosto de cada um. Com a revolução

industrial e a expansão económica mundial, com consequente surgimento grupos de empresas, bem como, das sociedades de capitais e do recurso ao crédito, a contabilidade passou a assumir papel de relevo para acionistas, credores, financiadores, etc. houve, assim necessidade de estabelecer um conjunto de regras.

O autor além de apontar as razões da harmonização contabilística também retracta das pressões subjacentes ao processo da harmonização contabilística, se remonta “no desejo de se eliminarem as diversas alternativas possíveis a nível da aplicação dos princípios contabilísticos e a necessidade de aproximar os sistemas de informações internos e externas. Essas pressões indicam que, o que esta em jogo é a credibilidade da contabilidade como tal”.

*É de ressaltar que o autor ao falar das razões da harmonização, aponta uma necessidade que na opinião de Almeida, (2009, pág. 44) era a necessidade da construção de uma linguagem contabilística compreendida e utilizada internacionalmente, caracterizando uma atual tendência para adotar um núcleo de normas de contabilidade e de relato financeiro internacionalmente aceites. Esta tendência aceite reflete a necessidade de informação financeira harmonizada a escala global.*

Tendo em conta as razões, necessidade e pressões apresentados por autores, é de salientar que esta linguagem unificada da contabilidade esperada em vários cantos do mundo, quando teve o engajamento de todo o processo, detetaram uma certa demora na sua aplicação, dando assim origem a pressão por parte dos que necessitavam da credibilidade contabilística em toda parte assim como assegura as normas.

A Harmonização Contabilística é um Processo que visa a aproximação das práticas ou sistemas contabilísticos dos deferentes países, atendendo no, entanto, as especificidades económicas, sociais e culturais de cada país, (Monteiro 2013).

A harmonização contabilística internacional desenvolveu-se em duas vertentes, de acordo com a natureza do organismo que a leva a cabo: pública, isto é, sustentada no direito internacional público e privada ou profissional, emitida por instituições de peritos em contabilidade, sem instrumentos jurídicos que garantam a sua aplicação, (Amaral 2001).

O autor Monteiro na sua afirmação da uma definição clara e simples da harmonização contabilística em si, já o autor Amaral, retracta o que se deu com a harmonização, tendo em conta, duas principais fontes de empregabilidade, que é o sector público e privado.

A harmonização contabilística como já visto, de uma forma genérica, é claro que trouxe benefícios, mas também obstáculos, porque tudo que é executado pela primeira vez mesmo sendo um pequeno projeto dificilmente consegue obter a eficiência e a eficácia, na maioria de vezes contam com alguns obstáculos e outros grandes que dificultam e até impede o sucesso do projeto.

Tabela 1- Quadro resumido de Vantagens e Obstáculos da Harmonização Contabilística.

Vantagens de Harmonização Contabilística
Maior facilidade das transações internacionais e diminuição do custo de capital;
Maior familiaridade com a prática contabilística dos outros países e redução de leque de alternativas entre os países;
Melhor comunicação empresarial e diminuição da ambiguidade na interpretação da informação financeira;
Maior facilidade na consolidação de contas;
Maior Comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas de diferentes países para análise de investimento ou credito;
Maior mobilidade de recursos;
Redução do custo administrativo e de sistemas;
Poupança substancial dos custos de organismos emissores de normas, pois consegue-se evitar a duplicação de custos e os esforços que existe quando diversos organismos estão a investigar e a tratar os mesmos assuntos.
Obstáculo de Harmonização Contabilística
O impacte económico das práticas contabilísticas, na medida em que a harmonização contabilística tende a diminuir a importância de grupos específicos de países;
A resistência económica dos países em abdicar do seu normativo internacional a favor de uma regulamentação internacional definida exteriormente;

A ausência de organismos profissionais fortes em diversos países, que influenciam o processo de desenvolvimento da contabilidade internacional

Fonte: Almeida, (2009) do livro Sistema de Normalização contabilística e de Relato Financeiro.

### **SNCRF (Sistema de Normalização contabilística e de Relato Financeiro).**

Com a aprovação Plano Nacional de Contabilidade (PNC) em 1984 por via do Decreto-Lei nº 4/84.

Numa época marcada pela forte intervenção do Estado na atividade económica, que detinha ou tinha participação da maioria das grandes empresas, o PNC, que seguia as linhas orientadoras do Plano Oficial da Contabilidade (POC português) tornou-se, em 1984, num documento de aplicabilidade obrigatória por parte das empresas públicas e de capital misto, vindo a sua aplicação tornar-se obrigatória para as demais entidades a partir de 1985.

O PNC manteve-se praticamente inalterado durante 25 anos e pode-se até dizer inadequado às mudanças ocorridas no país, designadamente a privatização de muitas empresas públicas (na década de 90) e as reformas no sistema económico com destaque para o incentivo às iniciativas privadas e ao investimento externo, (Andrade 2014).

*A reestruturação do novo normativo em Cabo Verde ganhou forma com o Despacho 09/2007 de 16 de agosto de 2007 nomeando a Comissão de Modernização Contabilística com a missão de estruturar e apresentar um novo modelo de contabilidade e de relato financeiro cuja proposta deu origem ao SNRF- Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro que foi oficializado por via do Decreto-lei 5/2008 de 4 de fevereiro de 2008, decretos normativos e portaria de 29 de dezembro de 2008, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2009, (Cristina Duarte 2009)\*.*

---

\* Cristina Duarte era Ministra das Finanças de Cabo Verde no ano em que foi elaborado o SNCRF, e esta citação consta no referido livro Almeida, (2009).

Ainda com esta iniciativa foi criada a Comissão Nacional de Normalização Contabilística (CNNC) pelo Decreto-lei 43/2008 de 1 de dezembro de 2008, dando ao País um instrumento moderno de normalização contabilística, e um órgão de atualização e capacitado para a resolução dos problemas que necessariamente surgirão através do SNRF.

O SNRF se encontra estruturado tendo em conta a facilidade de acesso à informação tendo sempre presente uma parte pedagógica que se consubstancia na escolha da linguagem utilizada, no respeito pela nomenclatura técnica e também pela sua aproximação às Normas de Relato Financeiro (Almeida, 2009).

Costa, (2007, pag. 188) [...] um sistema contabilístico significa a série de tarefas e registos de uma entidade pelos quais as transações são processadas como forma de manter registos financeiros. Consequentemente, um sistema contabilístico identifica, agraga, analisa, calcula, classifica, regista, resume e relata transações e outros acontecimentos.

O Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, que vigora desde 2009, foi introduzido com vista a modernizar o normativo contabilístico nacional e ajusta-lo às práticas internacionais de contabilidade, nomeadamente no que diz respeito a qualidade e compreensibilidade da informação financeira. A elaboração de demonstrações financeiras com a qualidade exigida pelos normativos internacionais inclui, igualmente, o tratamento do imposto sobre o rendimento, de acordo com o previsto nesses normativos, também absorvido pelo SNCRF.

O autor ainda frisa que o SNRF esta estruturada em três partes, em que a primeira parte apresenta um conjunto de informações necessária ao entendimento da sua formação e dos conceitos base para o seu funcionamento. É na primeira parte que se insere o tema da harmonização contabilística internacional, já a segunda parte, está estruturada de forma a permitir o entendimento prático do objetivo de cada conta e a sua interligação, não descurando a componente conceptual, a sua justificação às NRF e a divulgação das mesmas nas Demonstrações Financeiras.

São também apresentados quadros comparativos dos quadros das contas SNRF com as correspondentes contas PNC que agora terminaram, e por último na terceira parte incluíram toda a legislação que integra SNCRF nomeadamente, o Decreto-lei nº5/2008 (que aprova o SNCRF), código de contas e respetivas notas de enquadramento e quadro síntese de contas, as demonstrações financeiras, a estrutura conceptual, todas a NRF.

O SNRF é um todo organizado que é composto por quatro elementos principais:

- A estrutura conceptual (EC);
- As normas de relato financeiro (NRF);
- As demonstrações Financeiras (DF);
- O código de contas (CC).

## **2.2 A contabilidade como sistema de informação no cumprimento Fiscal**

Ao falar diretamente da contabilidade como um sistema de informação no cumprimento fiscal, vai-se dividindo as partes dando conhecimento aos poucos das grandes palavras inseridas na frase e depois falar da frase como um todo.

Primeiramente dá-se a conhecer a contabilidade que se traduz segundo o dicionário da língua portuguesa<sup>1\*</sup> na técnica do cálculo e do registo das operações comerciais ou financeiras realizadas por uma pessoa, sociedade, empresa ou repartição do estado.

A contabilidade é um processo de identificar, medir e comunicar informação económica que permita às pessoas que usam essa informação, julgar e decidir com conhecimento da causa (Fernandes, 2007).

Ferreira, (2006) afirma que no século XX a palavra contabilidade foi substituído a de escrituração, enunciando-se um conjunto de processos de observações e de procedimentos convencionais visando, entre outros, os seguintes objetivos:

- a) Conhecimento da situação patrimonial em geral, de uma empresa ou de dada pessoa ou até de entidade não jurídica (património afeto a dado fim);

---

<sup>\*</sup>Dicionário da Língua Portuguesa do ano 2004, com a edição da Porto Editora.



- b) Determinação das posições devedoras e credoras (da empresa perante as entidades que com ela transacionam);
- c) Apuramento dos resultados alcançados nas diversas atividades e mais particularmente, o cálculo dos custos das mercadorias compradas prontos ou na prestação de serviços.

Na contabilidade registam-se e examinam-se as realidades não em si próprias, mas sim na sua expressão financeira (no seu valor em unidades monetárias). Pretende-se com este modo de expressão acentuar que os circuitos financeiros e os valores financeiros não são realidades concretas, são uma só imagem, uma certa imagem, (Ferreira 2006).

De acordo com os autores citados na definição da contabilidade, sempre uma definição esta a complementar a outra, mas ambos com mesmo argumentos e filosofia, menos a segunda definição expressa pelo Fernandes, que é uma definição muito genérica que vai além da perceção da contabilidade.

Rascão, (2012) define o sistema de informação como sendo um conjunto organizado de elementos (físicos, lógicos, humanos e processuais/organizacionais) que, mediante regras de relacionamento adequadas e fins definidos, visam a recolha, armazenamento, produção e a disponibilização da informação.

Para Monteiro, (2013) um sistema de informação é um conjunto de componentes (humanas, matérias, tecnológicas e financeiras) inter-relacionadas que recolhe, processa armazena e distribui informação para tomada de decisão dos responsáveis da organização.

Assim a contabilidade surge como sistema de informação onde os dados (factos contabilísticos) são processados com finalidade de fornecer aos distintos utilizadores (internos ou externos), informação de natureza financeira, sob a forma de demonstrações financeiras (tais como o balanço e demonstração de resultado) que lhe permita a tomada de decisão.

De acordo com o que foi dito pelo autor na segunda definição, já há uma interligação entre a contabilidade e o sistema de informação, em que a informação segundo Rascão, (2012) “só é económica e socialmente relevante se for útil, ou seja se existir capacidade de interpretação, compreensão e utilização”, isto é, as duas palavras combinam e inter-relacionam entre si, criando um input, onde formão diversos outputs que podem ser utilizadas por distintos utilizadores tendo em conta a sua necessidade.

Tendo em conta o dicionário de Português a fiscalidade é um conjunto de disposições legais destinadas a assegurar a possibilidade de, através dos impostos o tesouro publico assumir a possibilidade do pagamento das despesas a seu cargo.

Segundo Muhacha, (2016) a Fiscalidade pode ser entendida como um complexo de impostos que vigoram num determinado espaço territorial bem como o conjunto de sistema de leis e regulamentos administrativos.

Fiscalidade é o processo pelo qual há arrecadação de receitas por parte do Estado tendo em vista a satisfação das necessidades dos cidadãos. Mas também pode ser o conjunto de imposto, taxas em vigor num determinado Estado, sistema de arrecadação de impostos.

*A ideia de usar a contabilidade para Tributação Fiscal remonta a 1874, na cidade de Bremen, no reino da Saxónia, e a 1891, na Prússia. A razão para isso era conveniência de se preparar somente um balanço para os mercados de capitais e para as autoridades fiscais. Naquela altura, adotava-se contabilidade na base de caixa para fins fiscais e na base de acréscimos para fins comerciais. No século XX, a tributação dos lucros das sociedades tornou-se geralmente aceites e originou um largo número de regras específicas sobre a contabilidade orientada para a tributação fiscal de cada país, (Rodrigues 2011).*

Tendo em conta as definições levadas a cabo pelos diversos autores para o tratamento da frase que diz a contabilidade como sistema de informação no cumprimento fiscal, é de salientar que a frase se tornou mais simples, podem dar uma só ideia para a mesma, traduzindo-a numa técnica e registo de operação, com componentes humanas, tecnológicas,

com o objetivo de levar a informação financeira ao estado de uma forma rápida simples e significativo, fazendo com que a receita arrecado pelo estado por parte dos contribuintes seja a mais justa e credível possível.

### **2.3 Determinação do Resultado Contabilístico e do Lucro Tributável em Cabo Verde**

Define resultado como sendo “frequentemente usado como medida de desempenho” e Lucro como a base para outras mensurações, tais como o retorno do investimento ou o resultado por ação. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração de resultados são rendimentos e gastos.

O resultado é aquilo que resulta de qualquer ato ou facto, é uma consequência que obtemos sempre após a realização de qualquer operação.

#### **2.3.1 Lucro Contabilístico**

O lucro contabilístico é calculado de acordo com as normas de contabilidade vigente e é um resultado líquido de um período calculado antes das deduções dos impostos (Resultado antes de Imposto).

De acordo com a NIC 12 do IASC, cit in (Lourenço, 2000), “é o lucro ou o prejuízo líquido de um período antes da dedução dos gastos dos impostos”.

O lucro contabilístico é obtido a partir da Demonstração de Resultado, que segundo Lourenço, (2000) “consiste no balanceamento dos custos e proveitos, reconhecidos e quantificados, tendo em vista o apuramento dos resultados do período: o lucro ou prejuízo”.

**Tabela 2- Desmonstração de Resultado por Natureza.**

		<b>EM ESCUDOS</b>		
		<b>PERÍODO</b>		
<b>COD</b>	<b>RUBRICAS</b>	<b>ANO N</b>		<b>ANO N-1</b>
		<b>Notas</b>	<b>Valores</b>	<b>Valores</b>
71	Vendas			
72	Prestações de serviços			
73	Trabalhos para a própria entidade			
611/612	Gasto com mercadorias vendidas e matérias consumidas			
	<b>Resultado Operacional Bruto</b>			
62	Fornecimentos e serviços externos			
	<b>Valor acrescentado bruto</b>			
63	Gastos com o pessoal			
652/7622	Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
651/7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
67/763	Provisões (aumentos/reduções)			
656/7626	Imparidade em investimentos financeiros (perdas/reversões)			
78	Outros rendimentos e ganhos (exceto financeiros)			
68	Outros gastos e perdas			
	<b>Res. antes Deprec/Amortiz; perdas/ganhos financ e IUR</b>			
64/7623a7628	Gastos/reversões de depreciação e de amortização			
654a658	Perdas/reversões Imparidade de activos Deprec./Amort.			
	<b>Res. Operacional (antes de perdas/ganhos Financ e IUR)</b>			
78/79	Rendimentos financeiros: Juros, dividendos e ganhos simil. Obtidos			

68/69	Gastos financeiros: Juros e perdas similares suportados			
	<b>Resultado antes de Impostos</b>			
5932	Imposto sobre o rendimento do período			
	<b>Resultado líquido do período</b>			

Fonte: elaboração própria com base na SNCRF

### 2.3.2 Lucro Tributável

“É um lucro ou perda de um período, determinado de acordo com as regras estabelecidas pela autoridade fiscais pelo qual são pagos (ou recuperáveis) o IRPC” (Almeida, 2009).

O lucro tributável é determinado através das regras estabelecidas pela administração fiscal e é calculado através do resultado contabilístico e se o valor correspondente for positivo, e é a quantia sobre a qual é pago o imposto sobre o rendimento.

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRPC), determina que para o calculo do lucro tributável, apresentado no disposto do artigo 22º, numero 1, o lucro tributável dos sujeitos passivos enquadrados no regime da contabilidade organizada, é constituído pela soma algébrica do resultado liquido do período e das variações patrimoniais positivas e negativas verificadas no mesmo período e não refletida naquele resultado, determinados com base na contabilidade e eventualmente corrigidos nos termos deste código.

**Lucro Tributável= Resultado Liquido do Período +/- Variações Patrimoniais não Refletidas no Resultado +/- Ajustamentos ao Resultado liquido do Período**

De acordo com os dados observados qualquer variação patrimonial vai refletir no aumento ou diminuição do lucro tributável.

No número 2 refere ao apuramento do resultado líquido e que se já tinha referido anteriormente, em que a contabilidade deve:

- a) Estar organizada de acordo com o SNCRF e outras disposições legais em vigor para o respetivo sector de atividade, sem prejuízo da observância das disposições neste Código;
- b) Refletir todas as operações realizadas pelo sujeito passivo;
- c) Estar organizado de modo a que o resultado das atividades de natureza comercial, industrial, agrícola, piscatória e de serviço sujeitos ao regime geral deste Código, possa claramente distinguir-se dos resultados das restantes atividades.

O lucro contabilístico é igual ao lucro tributável se não houver a existência de nenhum ajustamento pela parte da administração fiscal.

Após o apuramento de lucro contabilístico é possível apurar o lucro tributável e a matéria coletável de acordo com as normas exigidas pela administração fiscal.

## **2.4 Determinação da matéria coletável**

De acordo com o artigo 21º, número 1, do CIRPC a material coletável dos sujeitos passivos enquadrados no regime da contabilidade organizada, apura-se pela dedução do lucro tributável, dos montantes correspondentes a:

- a) Prejuízos fiscais;
- b) Benefícios fiscais que consistam em deduções ao lucro tributável.

No número dois do mesmo artigo e código, a matéria coletável dos sujeitos passivos enquadrados no regime de contabilidade organizada, apura-se pela dedução global determinados os termos do artigo 60º dos seguintes montantes;

- a) Gastos comuns e outros imputáveis aos rendimentos sujeitos a impostos e não isentos nos termos do artigo 61º;
- b) Benéficos fiscais que consistam em dedução ao lucro tributável.

O número três a matéria coletável dos sujeitos passivos não residentes com estabelecimento estável em território nacional, enquadrados no regime de contabilidade organizada, obtém-se pela dedução do lucro tributável imputável a esse estabelecimento, determinado nos termos do artigo 62º, dos montantes correspondentes a:

- a) Prejuízos fiscais imputáveis a esse estabelecimento estável, nos termos do artigo 59º, com as necessárias adaptações, bem como as anteriores à cessação de atividade por virtude de deixam de situarem em território nacional a sede e a direção efetiva, na medida em que correspondam aos elementos patrimoniais afetos e desde que seja obtida a autorização do Diretor Nacional de Receita de Estado mediante requerimento dos interessados entregue até o fim do mês seguinte ao da data da cessação de atividade, em que se demostre aquela correspondência;
- b) Benefícios fiscais que consistem em deduções ao lucro tributável.

$$\text{Matéria Coletável} = \text{Lucro Tributável} - \text{Prejuízos Fiscais Dedutíveis} - \text{Benefícios Fiscais Dedutíveis ao Lucro Tributável}$$

### **3. O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas**

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2014, que aprova o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRPC), substitui-o o Imposto Único Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e Equiparadas (IUR-PC), qual entrou em vigor desde, dia 1 de Janeiro de 2015, onde foram definidas novas regras para a liquidação do imposto, que passa a ser liquidado na sua quase totalidade no decorrer do exercício correspondente.

A Constituição da República de Cabo Verde (CRCV) no artigo 93º número 2 afirma que os impostos são criados por lei, que determinará a incidência, a taxa, os benefícios fiscais e as garantias dos contribuintes.

Santos, (1988) afirma que o imposto é uma prestação pecuniária, não reembolsável, estabelecida por lei, a favor do estado ou de outro ente publico, de uma forma unilateral visto

a não conferir o direito a uma contraprestação, sem caráter de sanção, ao invés, da multa, com o objetivo de fazer face a despesas públicas.

O imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRPC) incide sobre os rendimentos dos respetivos sujeitos passivos, provenientes de atos lícitos ou ilícitos, obtidos nos termos deste Código a qualquer título, no período de tributação\*.

### **3.1 Enquadramento**

Nos termos do artigo 2º número 1 da alínea a) e b) do CIRPC, o IRPC incide, sob as sociedades comerciais, as sociedades civis sob forma comercial, as empresas públicas e demais entidades de direito público ou privados residentes em território nacional, e as entidades desprovidas de personalidade jurídica, residentes em território nacional, cujos rendimentos não sejam tributáveis, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRPS) ou IRPC, diretamente na titularidade de pessoas singulares ou coletivas.

Ainda são sujeitos passivos do IRPC as entidades não residentes em território nacional, com ou sem personalidade jurídica, que obtenham neste território rendimentos não sujeitos a IRPS\*\*.

Em que se consideram residentes em território nacional as pessoas coletivas e outras entidades que tenham sede ou direção efetiva neste território\*.

Os rendimentos obtidos em território nacional, os rendimentos imputáveis a estabelecimento estável aí situado e bem assim os que, não se encontrando nas condições\*\*, do artigo 7º, referentes a alínea a) a f) do CIRPC.

O estabelecimento estável encontra-se tratado pelo artigo 8º do CIRPC, no disposto do número 1 é considerado como qualquer instalação fixa de entidade não residente através da

---

\*CIRPC (Código Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas). Artigo 1º n. 91

\*\* CIRPC. Artigo 1º número 2

\* CIRPC. Artigo 1º número 4.

\*\* CIRPC. Artigo 7º número 1.



qual seja exercida, total ou parcialmente, uma atividade de natureza comercial, industrial, agrícola ou piscatória, incluindo a prestação de serviços.

### **3.2 A liquidação e o pagamento do imposto**

A formação do lucro tributável está na base da liquidação e do pagamento do imposto, uma vez que só é possível fazê-los após o apuramento do lucro tributável.

O lucro tributável como já referido na primeira parte do trabalho, é determinado de acordo com as regras fiscais vigentes, de modo que é obtido a partir do lucro contabilístico, através do qual é aplicada as devidas correções fiscais.

O lucro contabilístico é obtido perante as regras e princípios, estabelecidas no SNCRF divulgadas nas demonstrações de resultados.

#### **Liquidação**

De acordo com o número 1 do artigo 81º do Código Geral Tributário (CGT) a liquidação traduz-se no apuramento do valor do tributo em dívida e pressupõe a determinação da matéria tributável, sendo efetuada pela administração tributária, através de liquidação administrativa, ou pelo próprio contribuinte, através de autoliquidação.

O número 3 do artigo complementa-o fazendo referência que a liquidação é definitiva quando validamente noticiado ao sujeito passivo, salvo nos casos em que a legislação tributária disponha em sentido contrário.

Nos termos do artigo 90 número 1 a liquidação do IRPC relativamente aos sujeitos passivos enquadrados no regime de contabilidade organizada é efetuada:

- a) Pelo próprio sujeito passivo na declaração anual de rendimentos, a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 99.º, quando esta seja apresentada dentro do prazo legal;

De acordo com o artigo 102.º do CIRPC a declaração periódica de rendimentos a que se refere a alínea b) do número 1 do artigo 99.º deve ser enviada, anualmente, por transmissão eletrónica de dados, até ao último dia do mês de maio, independentemente de esse dia ser útil ou não.

- b) Oficiosamente, nos termos do artigo 85.º do Código Geral Tributário, quando a declaração anual de rendimentos não seja apresentada, ou seja, apresentada fora do prazo legal.

A liquidação deve ser efetuada através do portal enviando o Modelo 1B que é o modelo autorizado, aplicando assim uma taxa atual de 25% sobre a matéria coletável de acordo com o número 1 do artigo 84º do CIRPC.

No que diz respeito a liquidação ainda o artigo 90º do código apresenta alguns pontos importantes de acordo com os números:

- 4. Considera-se apresentação como não entrega da declaração, a apresentação fora de prazo legal quando decorridos mais de 30 (trinta) dias sobre o termo do prazo para apresentação das mesmas.
- 5. Quando a liquidação deva ser feita pelo sujeito passivo na sua declaração, a mesma terá por base a matéria coletável que conste da respetiva declaração.
- 6. Quando se verificar que na autoliquidação se cometeram erros de facto ou de direito ou houve quaisquer omissões das quais resultou prejuízo para o Estado, a Administração Fiscal deve proceder à liquidação adicional nos termos do artigo 87.º do Código Geral Tributário.

A entrega de declaração sem meio de pagamento no tocante do artigo 94º do CIRPC de acordo com os números:

- 1. Quando a declaração a que se refere o artigo 102º for apresentada sem o respetivo meio de pagamento ou este se mostre insuficiente face ao imposto autoliquidado, o pagamento do mesmo pode, ainda, ser efetuado durante os 30 dias seguintes ao da apresentação da declaração, acrescentando a quantia a pagar os correspondentes juros de mora calculados nos termos do CGT, sem prejuízo da aplicação da coima.

2. Decorrido o prazo referido no numero anterior sem que seja pago o imposto autoliquidado pelo sujeito passivo e constante da respetiva declaração oportunamente apresentada, proceder-se-á à extração da certidão da dívida para a cobrança coerciva do imposto.

### **Pagamento do Imposto**

O pagamento do imposto encontra retratado no capítulo III do CIRPC.

O imposto quando não é possível ser paga de uma vez pelo sujeito, ele pode requerer ao pagamento em prestações, ao seja, pagamento fracionados que se encontra enquadrados nos termos do artigo 96º do CIRPC nos termos dos números:

1. Os sujeitos passivos residentes ou não residentes com estabelecimento estável que exerçam a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial, agrícola ou piscatória, enquadrados no regime de contabilidade organizada, efetuam três (3) pagamentos fracionados, com vencimento no final dos meses de março e agosto e no novembro do próprio ano a que respeita o imposto, no valor de 30% (trinta por cento), 30% (trinta por cento) e 20% (vinte por cento) da base referida no número seguinte.
2. Os pagamentos fracionados a que se refere o número anterior têm como base a coleta relativa aos rendimentos do ano anterior, constituem pagamentos por conta do imposto devido a final e são dedutíveis a coleta, até a respetiva concorrência, no próprio período de tributação ou nos quartos períodos de tributação seguintes, sem prejuízo do disposto do número 9 do artigo 91º.
3. Caso não seja apurada a coleta, os pagamentos fracionados correspondem a 15% do lucro tributável apurado no ano anterior, sendo efetuados em três pagamentos fracionados de igual valor com o vencimento nas datas referidas no número 1.

O pagamento do IRPC deve, incluindo a cobrança coerciva, de ser efetuado, nas caixas de repartição das finanças, nas caixas de instituições de créditos, ou de outras entidades publicas ou privadas que para tal sejam autorizadas.

E de salientar que não dá lugar a cobrança quando o valor a cobrar é menor de 1000\$00 (mil escudos).

#### **4. Planeamento Fiscal**

Qualquer organização que projeta atingir os seus objetivos ou ter sucesso, isso nunca é conseguido sem antes fazer um planeamento de tudo que traçar com um ponto importante ou chaves para atingir tais objetivos. Em que Planear Segundo Carvalho, (S/Data) “já por si, agir porque põe em jogo todos os serviços e todas as funções da organização”.

O mesmo autor ainda frisa que o planeamento é um processo pela qual tentamos aumentar a probabilidade dos resultados futuros desejados, para além que tal probabilidade aconteça por acaso. Assenta na definição das finalidades e dos objetivos da empresa e na ponderação das alternativas para o alcançar

*O planeamento permite assim a existência de uma linha de rumo, a introdução de objetivos futuros em todas as decisões do presente e, em simultâneo a eliminação de pontos fracos e antecipação de ameaças do exterior, possibilitando o desenvolvimento da organização através da definição de estratégias para o melhor aproveitamento das oportunidades (Nunes, 2015).*

É de referir que ambos os autores mostram que planeamento não é uma probabilidade e muito menos uma previsão, que os objetivos possam ser alcançados ou não, mas sim um processo contínuo pela qual estabelece um ponto de como a empresa devera agir perante os acontecimentos, seguindo as melhores alternativas, estabelecendo estratégias que permite fazer um maior e o melhor uso das oportunidades prosperadas pelo mercado e especifico na área da sua atuação.

Planeamento fiscal é uma prática que pode ser utilizada com o intuito de fazer reduzir a carga fiscal.

Silva, (2008) planeamento fiscal pode (e deve) ser legítimo e lícito; o planeamento fiscal lícito não é uma prática elitista, mas apenas a aplicação do conhecimento da lei a uma situação tributária concreta.

*O planeamento fiscal conhecido como poupança fiscal, prática intra legem ou tax planning na linguagem anglo-saxónica, consiste, pois, na possibilidade de redução da carga fiscal pela qual o sujeito passivo renuncia a um certo comportamento por este estar ligado a uma obrigação tributária ou escolhe, entre as várias soluções que lhe são proporcionadas pelo ordenamento jurídico, aquela que, por ação intencional ou omissão do legislador fiscal, está acompanhada de menos encargos fiscais, (Carneiro & Marques 2015, pag. 58).*

De acordo com esses dos autores citados o segundo concorda plenamente com o primeiro autor num ponto, embora com palavras diferentes. Em que o segundo autor fala apenas da forma positiva do planeamento fiscal, mas não fala que deve ser apenas da forma positiva, já o primeiro autor dá a entender que o termo planeamento fiscal só deve ser utilizado quando a prática deste instrumento é lícito.

Os autores Carneiro & Marques, (2015) frisam ainda que o contribuinte pode diminuir a sua carga fiscal agindo “*intra legem*” (planeamento fiscal legítimo), “*extra legem*” (planeamento fiscal abusivo ou elisivo) e “*contra legem*” (planeamento fiscal ilícito ou fraude).

O planeamento fiscal abusivo ou “*tax avoidance*” tem como correspondente em latim a expressão planeamento “*extra legem*” que significa “fora da lei”. Esta prática é vista como uma poupança fiscal ilegítima, mas lícita, apesar de contrariar princípios fundamentais do ordenamento jurídico, tendo como objetivo a diminuição do pagamento de tributos;

Os autores explicam que planeamento fiscal abusivo não chega a nascer obrigação tributária, a prática ocorre sempre antes da realização da hipótese de incidência tributária.

O fato tributário não se constitui ou, constituindo-se a obrigação de pagamento de imposto, esta não chega a desencadear-se por aplicação, por exemplo, de uma isenção.

Existem dois tipos de planeamento fiscal abusivo, a induzida pela lei e a por lacuna da lei. A primeira refere-se aos casos em que o próprio ordenamento jurídico promove a redução da tributação de empresas, como é o caso dos benefícios fiscais. A segunda utiliza eventuais “falhas legislativas” para obter vantagens resultando numa menor tributação.

Por outro lado, a prática “contra legem” ou “*tax evasion*”, na literatura anglo-saxónica, caracteriza-se por ter caráter ilícito, violando direta e intencionalmente normas como forma de prejudicar a administração tributária. O contribuinte de forma intencional, voluntária tem como objetivo evitar o pagamento de tributos.

Santos, (2008) se refere aos mesmos conceitos sobre as formas que o contribuinte pode reduzir a sua carga fiscal, de uma forma, mas simples:

- *Intra legem* - quando a poupança fiscal é expressa ou implicitamente querida pelo legislador que estabelece normas negativas de tributação como exclusões tributárias, deduções específicas, abatimentos à matéria coletável, ou estabelece isenções fiscais, zonas francas, etc.;
- *Extra legem* - (“elisão fiscal” ou “*tax avoidance*”) quando a poupança fiscal é obtida através da utilização de negócios jurídicos que não estão previstos nas normas de incidência fiscal e/ou que, estando previstos nessas normas, têm um regime menos oneroso;
- *Contra legem* - quando a poupança fiscal resulta da prática de atos ilícitos.

*De acordo com Santos, (2008) e Carneiro & Marques, (2015) o planeamento fiscal “Intra Legem” é um instrumento lícito, que se bem utilizado, pode reduzir consideravelmente a carga de imposto e consequentemente aumentar os resultados das empresas, baseando nas lacunas das legislações, as isenções, os benefícios fiscais de uma forma geral fazendo as deduções específicas previstas na lei.*

#### **4.1 A Evasão e a Fraude fiscal**

A evasão dá-se quando um particular praticou um ato correspondente ao pressuposto de facto de um tributo e, posteriormente, procura evitar o cumprimento da obrigação que lhe corresponde. Neste caso, o contribuinte procura sair da relação jurídica sem pagar o imposto, (Barata, 1999).

Gomes, (2000) a evasão fiscal resolve-se em atos ilícitos contra os quais a lei fiscal prevê sanções, de diversas naturezas, designadamente preventivas, reconstitutivas, compensatórias, compulsórias e punitivas.

Já para a evasão fiscal é um fenómeno que se traduz num conflito de interesses entre o contribuinte e a Administração Fiscal, uma vez que o contribuinte pretende minimizar a sua carga fiscal contrariando o próprio sistema e o Fisco preocupado em prosseguir uma política de justiça fiscal para melhor satisfazer as necessidades do Estado e manter o controlo da economia, opõe-se há-se a utilização de situações menos transparentes (Lourenço, 2000).

Ainda afirma o autor, que para haver evasão fiscal torna-se ainda necessário que o praticante, conheça as vantagens fiscais que decorrem da ausência ou insuficiência da tributação e o propósito de usufruir dessa situação nos sucessivos períodos económicos.

Nesta mesma ótica Santos, (2008) mesmo expressando elisão fiscal como muitos outros autores retratam a evasão fiscal, ele o explica no sentido de reduzir a carga fiscal, no tocante “*Extra legem*”, sendo elisão fiscal executada quando a poupança fiscal é obtida através da utilização de negócios jurídicos que não estão previstos nas normas de incidência fiscal e/ou que, estando previstos nessas normas, têm um regime menos oneroso.

A evasão fiscal é um fenómeno social, com nível de complexidade elevado, presente na maioria dos países. Este tipo de práticas fraudulentas tem consequências negativas no desenvolvimento económico das nações, (VIANA 2016, pag. 20).

## **Fraude Fiscal**

A fraude fiscal como uma qualquer outra é uma infração ilícita de violar as leis fiscais. Constitui fraude fiscal as condutas ilegítimas tipificadas na legislação fiscal que visem a não liquidação, entrega ou pagamento do imposto ou a obtenção indevida de benefícios fiscais, reembolso ou outras vantagens patrimoniais suscetíveis de causarem diminuição das receitas tributárias, (Lourenço, 2000).

A fraude fiscal é toda a conduta ilegítima tipificada no Regime Geral que vise a não liquidação, entrega ou pagamento de prestação tributária ou a obtenção indevida de benefícios fiscais, reembolsos ou outras vantagens patrimoniais suscetíveis de causarem diminuição das receitas publicas, (Guerreiro, 2005).

Estaremos perante um crime de fraude fiscal quando nos depararmos com uma ação ou omissão jurídico-fiscal orientada para a obtenção de uma situação tributária mais favorável, e, evitar o pagamento de um imposto, a sua redução ou o retardamento ou a obtenção de benefícios fiscais, de reembolsos ou outras vantagens patrimoniais suscetíveis de causarem diminuição das receitas tributárias, obtidas nas receitas do estado.

A fraude esta retratada no RJITNA (Regime Jurídicos das Infrações Tributárias não Aduaneiras).

Pelo deposto no artigo 1º da RJITNA

1. O Regime Jurídico das Infrações Tributárias não Aduaneiras aplica-se às infrações das normas reguladoras:
  - a) Dos regimes tributários não aduaneiros, independentemente de regularem ou não prestações tributárias;
  - b) Das prestações tributárias;
  - c) Dos benefícios fiscais;
  - d) Das obrigações tributárias acessórias.



2. As disposições desta lei são aplicáveis aos factos de natureza tributária puníveis por legislação de carácter especial, salvo disposição em sentido contrário.

Determina o conceito e as espécies de infrações tributárias não aduaneiras segundo o artigo 3º do regime as infrações tributárias não aduaneiras sendo:

1. Todo o típico, lícito, e culposo declarado punível por lei tributária;
2. As infrações tributárias não aduaneiras dividem-se em crime e contraordenações;
3. Se o mesmo facto constituir simultaneamente crime e contraordenação, o agente será punido a título de crime, sem prejuízo da aplicação das sanções acessórias previstas para a contraordenação.

Tendo em conta que a fraude fiscal é um dos crimes tributários não aduaneiros integrantes no RJITNA, antes de entrar no conceito fraude fiscal, era muito importante ter como base alguma noção segundo a RJITNA.

A fraude fiscal é um crime tributário não aduaneiro de acordo com o artigo 87º do RJITNA.

1. As condutas ilegítimas que visem a não liquidação, entrega ou pagamento da prestação tributária ou a obtenção indevida de benefícios fiscais, reembolsos, restituições ou outras vantagens patrimoniais suscetíveis de causarem diminuição das receitas tributárias, constituem fraude fiscal punível com pena de prisão de 1 a 3 anos ou pena de multa até 500 dias.
2. A fraude fiscal pode ocorrer por:
  - a) Prestação de falsas declarações, ocultação ou alteração de factos ou valores que devam constar nas declarações apresentadas ou prestadas a fim de que a administração tributária especificamente fiscalize, determine, avalie ou controle a matéria tributável;
  - b) Ocultação de factos ou valores não declarados e que devam ser revelados à administração tributária;

- c) Viciação, falsificação, ocultação, destruição, danificação, não processamento, inutilização ou recusa de exibição de livros de escrituração ou qualquer documento exigido pela lei fiscal;
  - d) Uso de livros ou documentos fiscalmente relevantes sabendo-os viciados ou falsificados por terceiro;
  - e) Celebração de negócio simulado, quer quanto ao valor, quer quanto à natureza, quer por interposição, omissão ou substituição de pessoa.
3. Os factos previstos no número anterior só são puníveis se a vantagem patrimonial ilegítima for igual ou superior a 500 000\$00 para as pessoas singulares e a 1 000 000\$00 para as pessoas coletivas.
4. Se a vantagem patrimonial for superior a 1 500 000\$00 para as pessoas singulares e entre 2 000 000\$00 a 3 000 000\$00 para as pessoas coletivas, os factos previstos no número anterior são puníveis com pena de prisão até cinco anos e pena de multa até 750 dias.
5. Para efeitos do disposto nos números anteriores, os valores a considerar são os que, nos termos da legislação aplicável, devam constar de cada declaração a apresentar à administração tributária.

De acordo com o disposto no artigo 88º da RIJTNA, determina a fraude fiscal qualificada. Os factos previstos no artigo anterior constituem fraude qualificada cada e são puníveis com pena de prisão de 2 a 8 anos para as pessoas singulares e pena de multa de 400 a 2 500 dias para as pessoas coletivas, se a vantagem patrimonial for superior a 3 000 000\$00 ou quando se verificar cumulativamente de mais de uma das seguintes circunstâncias:

- a) O agente for funcionário público e tiver gravemente abusado das suas funções;
- b) O agente se tiver socorrido do auxílio de funcionário público com grave abuso das suas funções;

- c) O agente se tiver conluiado com terceiros que estejam sujeitos a obrigações acessórias para efeitos de fiscalização tributária ou se encontre com terceiros em situação de relações especiais;
- d) O agente falsificar ou viciar, ocultar, destruir, inutilizar ou recusar entregar, exhibir ou apresentar livros ou quaisquer outros elementos probatórios exigidos pela lei fiscal;
- e) O agente tiver usado registos informáticos, livros ou outros documentos fiscalmente relevantes sabendo-os viciados ou falsificados por terceiros;
- f) O agente tiver utilizado a interposição de pessoas singulares ou coletivas residentes fora do território nacional e aí submetidas a um regime fiscal claramente mais favorável.

## **5. Código de Benefício Fiscal**

### **5.1 Aspetos Gerais**

Gomes, (2000) afirma que os benefícios fiscais (BF) são desagravamentos excepcionais estabelecidos na lei para tutela de interesses públicos extrafiscais relevantes que, na ótica do legislador fiscal, são constitucionalmente superiores aos interesses da tributação que impedem, pelo que, como também dissemos, são factos impeditivos do nascimento de obrigação tributária com o seu conteúdo normal e que, simultaneamente, dão origem ao nascimento da relação de BF.

Para Lourenço, (2000), os BF são considerados um instrumento da Política Económica, devendo por isso obedecer a princípios e a regras claramente definidos, e salvaguardar a igualdade tributária e o equilíbrio do sistema tributário, evitando assim as distorções desnecessárias na tributação dos rendimentos e provocando excesso na despesa fiscal, consequentemente o aumento da carga tributária para os sujeitos passivos que não beneficiam dos incentivos.

O código do benefício fiscal foi aprovado em Cabo Verde pela Lei n.º 26/VIII/2013, de 21 de janeiro, com as alterações efetuadas pela Lei 102/VIII/2016, de 6 de janeiro, e pelo Orçamento do Estado para o Ano de 2017.

Na legislação cabo-verdiana, o benefício fiscal de acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 3º do Código dos Benefícios Fiscais, são os desagravamentos fiscais que materialmente representem exceções ao princípio da igualdade tributaria, fundamentados por superiores razões de política económica e social ou de outra natureza extrafiscal.

Os benefícios fiscais são conhecidos como as despesas fiscais tendo em conta o número 2 do artigo 3º do código, podem, entre outras, apresentar a forma de isenções, reduções de taxas crédito de imposto, dedução a matéria coletável e a coleta.

De acordo com o artigo 2º o presente código aplica-se aos benefícios fiscais nele previstos, bem como aos benefícios fiscais convencionais validamente aprovados e ratificados e os previstos em legislação avulsa, designadamente nos códigos de legislação complementar em matéria de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Coletivas (IRPS e IRPC), Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA), Imposto de Consumo Especial (ICE), Imposto de Selo, Imposto Único Sobre o Património e Decreto-Legislativo n.º 11/2010, de 1 de Novembro, que aprova os benefícios à construção, reabilitação e aquisição de habitação de interesse social.

Nos artigos 4º e 5º estão distritos dois princípios muito importante que é o de Princípio de Transparência, que num dos seus pontos, retrata um aspeto muito importante que é a despesa fiscal e o Princípio de Responsabilidade.

No princípio da transparência de acordo com os dispostos nos números:

- 1 A concessão de benefícios fiscais esta sujeita a um princípio de transparência, nos termos do qual o estado promove a divulgação publica da informação necessária para que os cidadãos tomem conhecimento dos principais benefícios concedidos, do seu impacto financeiro e da respetiva fundamentação política e económica.

- 2 Em obediência ao princípio de transparência, a despesa fiscal gerada pela concessão de BF é objeto de divulgação através do relatório da proposta de lei de Orçamento do Estado, incluído a despesa fiscal a cargo das autarquias locais.
- 3 Em obediência ao princípio da transparência, a Administração Fiscal, através do seu portal eletrónico, procede divulgação anual da lista das pessoas coletivas às quais sejam concedidos BF dependentes de reconhecimento ou de base contratual.

**Princípio da Responsabilidade:**

- 1 O aproveitamento de BF esta sujeito a um princípio de responsabilidade, nos termos do qual os contribuintes que gozem de BF ficam sujeitos a deveres reforçados de cooperação com Administração Tributaria;
- 2 Em obediência ao princípio da responsabilidade, os contribuintes que gozem de BF estão obrigados a prestar à Administração Tributaria as declarações, documentos e elementos informativos necessários à comprovação de respetivos pressupostos, no momento da concessão do benefício ou durante a sua aplicação;
- 3 Em obediência ao princípio da responsabilidade, os contribuintes que gozem de BF ficam sujeitos às ações sistemáticas de fiscalização efetuada pela Administração Fiscal e demais entidades competentes, tendentes à comprovação de respetivos pressupostos e à eventual aplicação das sanções legalmente previstas.

## **5.2 Benefícios fiscais em sede de IRPC.**

Tendo em conta que são diversos a tipologia do BF imputados ao CBF e de acordo com o tema em estudo consta fazer um pequeno aprofundamento dos BF em sede do IRPC. Desta forma temos:

### **5.2.1 Benefícios fiscais ao investimento**

Correspondente ao artigo 12º “credito fiscal ao investimento” temos:

- 1 Os investimentos realizados no âmbito da lei de investimento beneficiam o crédito fiscal por dedução à coleta do imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas e singulares enquadradas no regime de contabilidade organizada, em valor correspondente a:
  - a) 50% dos investimentos relevantes realizados nas áreas da saúde, do ambiente, da indústria criativa, do turismo ou da indústria da promoção turística e da imobiliária turística, da atividade industrial dos serviços de transporte aéreo e marítimo dos serviços portuários e aeroportuários, da produção e montagem de equipamentos de energias renováveis, da pesquisa e investigação científica, bem como do desenvolvimento de tecnologia da informação e comunicação;
  - b) 30% dos investimentos relevantes realizados nas demais áreas.

A dedução do crédito fiscal prevista, a liquidação do IRPC e IRPS, relativamente ao exercício que sejam realizados os investimentos, em cada exercício não podem ser 50% superior ao valor da coleta.

### **5.2.2 Benefícios fiscais à internacionalização**

No artigo 17º do código, os Benefícios Fiscais à Internacionalização seguem-se nos dispostos dos números:

- 1 Aos investimentos que, nos termos do Decreto legislativo n.º 2/2011, de 21 de fevereiro, sejam elegíveis para efeitos de incentivos à internacionalização, pode ser concedida redução em 50% da taxa de IRPC em vigor que lhes seja aplicável, até o termo da vigência do contrato de concessão de incentivos.
- 2 Até ao termo da vigência do contrato de concessão de incentivos, pode ser concedida isenção de IRPS aos colaboradores qualificados e expatriados, bem como aos cidadãos cabo-verdianos qualificados provenientes da diáspora contratados ou a contratar através de contrato de trabalho, quando aos rendimentos que auferirem ao serviço das empresas promotoras dos projetos de investimento referidos no número anterior, que exerçam funções de gerência,

direção, controlo de qualidade ou formação e adquiram a qualidade de residentes pela primeira vez em 5 anos.

- 3 Os BF a conceder nos termos do presente capítulo não são cumuláveis com outros benefícios previstos no presente código, exceto os estabelecidos no artigo 30.º.

### **5.2.3 Benefícios fiscais ao Centro Internacional de Negócios**

Os BF em relação ao Centro Internacional de Negócios (CIN) estão previstos no artigo 19.º do CBF disposto nos números:

- 1 Às entidades licenciadas no CIN de Babo Verde é aplicada o BF sob a forma de taxas reduzidas de IRPC relativamente aos rendimentos derivados do exercício das atividades acessórias ou complementares, bem como de prestação de serviços.
- 2 O BF previsto no número anterior é aplicável aos rendimentos resultantes de atividades mantidas exclusivamente com outras atividades instaladas e em funcionamento no CIN ou com entidades não residentes e sem estabelecimento estável em Cabo Verde.
- 3 O BF previsto no número 1 vigora até 2030, dependendo da criação de um mínimo de cinco postos de trabalho no Centro Internacional de Indústria (CII) e Centro Internacional de Comércio (CIC), e traduz-se na aplicação das seguintes taxas escalonadas de Impostos sobre o Rendimento para as Pessoas Coletivas:
  - a) 5% para entidades com cinco ou mais trabalhadores dependentes;
  - b) 3,5% para entidades com vinte ou mais trabalhadores dependentes;
  - c) 2,5% para entidades com cinquenta ou mais trabalhadores.
- 4 No Centro Internacional de Prestação de Serviço, o mínimo de postos de trabalho exigido é de dois, sendo a taxa de IRPC de 2,5%.

- 5 Sem prejuízo da aplicação do artigo 18.º, os benefícios estabelecidos pelo presente artigo só podem ser reconhecidos a entidades com contabilidade organizada, em conformidade com o sistema de normalização contabilística e de relato financeiro vigente em Cabo Verde, os quais baseiam-se nas normas internacionais de contabilidade, não sendo cumuláveis com quaisquer outros benefícios em sede de IRPC previstos neste Código; os benefícios atribuídos são ineficazes até à divulgação pública, no portal eletrónico da Administração Fiscal, da identidade licenciada, dos seus titulares e dos postos de trabalho criados.

#### **5.2.4 Benefícios Fiscais de Caracter Social**

No do CBF relativamente ao carácter social refere-se à criação de empregos de acordo com o artigo 30.º, formação estágio e bolsas tendo em conta o artigo 31.º referente ao desposto nos números e as referidas alíneas.

No que tange ao número 1 do artigo 30.º criação de emprego, os sujeitos passivos com contabilidade organizada podem deduzir a coleta em cada exercício, por posto de trabalho criado no exercício, por posto de trabalho criado no exercício imediatamente anterior, os seguintes montantes;

- a) 26.000\$00 por posto de trabalho criado nos concelhos de Boa Vista, da Praia e do Sal;
- b) 30.000\$00 por posto de trabalho criado nos demais concelhos;
- c) 35.000\$00 por posto de trabalho criado para pessoas portadoras de deficiência.

No artigo 31 que retracta a formação, estágios e bolsas, de acordo com o desposto no numero 1, são considerados em 150% os seguintes encargos, contabilizados como gasto de exercício pelos sujeitos passivos de IRPC com contabilidade organizada:

- a) Encargos correspondentes à formação de trabalhadores;
- b) Encargo com contratação de jovens com idade não superior a 35 anos para estágio, e de quaisquer pessoas para formação ou reconversão profissional em empresas, com duração mínima de seis meses e duração máxima de um ano;



- c) Encargos realizados pela empresa e correspondentes a atribuição, pela mesma, de bolsas de estudos de mérito a jovens estudantes com idade não superior a 20 anos

### **5.3 A lei de mecenato**

A lei do Mecenato, ou Lei n.º 45/VI/2004\* de 12 de julho de 2004, estabelece o regime jurídico do mecenato, visando o fomento, a proteção, o conhecimento e o desenvolvimento dos sectores social, cultural, desportivo, educacional, ambiental, juvenil, científico, tecnológico, bem como da saúde e da sociedade de informação.

Em suma, o mecenato é um estatuto que é concedido a uma pessoa ou empresa pelo reconhecimento do seu papel no apoio às causas sociais.

Os Mecenas podem ser pessoas singulares ou coletivas (empresas) que apoiam, através de doações (em dinheiro ou em espécie – equipamentos, materiais, bens imóveis, etc.) ou patrocínios (promoção publicitária, financiamento de projetos ou atividades, obras, etc.), entidades públicas e privadas que exerçam ações relevantes nas áreas acima mencionadas.

De acordo com o artigo 32.º, apresentando o Mecenato das Pessoas Coletivas, no disposto no número 1 do artigo para efeitos da determinação do rendimento tributável em sede de IRPC, são considerados gastos de exercício, as liberalidades concedidas por **pessoas coletivas** às pessoas a que se refere o artigo 34.º deste código que são os referidos beneficiários:

- a) As entidades que desenvolvam as obras e projetos previstos nos artigos 37.º a 41.º;
- b) O Estado e as Autárquicas Locais e qualquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados;
- c) As associações de municípios;
- d) As fundações de interesse social e as igrejas radicadas nos termos da lei n.º 64/VIII/2014, de 16 de maio.

---

\* Segundo o documento elaborado pela FICASE com apoio do Programa Conjunto UNJP/CVI/042/UNJ, da Cooperação Luxemburguesa e da ARAP

Ainda no disposto do número 2 do artigo 32.º, para efeitos do número anterior são considerados gastos do exercício, em 130% do respetivo valor e até ao limite de 10/100 do volume de negócios, as liberalidades concedidas por pessoas coletivas.

### **As condições do mecenato\*\***

#### **Estar registado**

Os mecenas bem como os beneficiários devem registrar-se na Direção Geral das Contribuições e Impostos – Serviço central do registo dos mecenas e dos beneficiários.

Para o registo, os Mecenas devem fornecer o nome, designação ou firma e cópia dos respetivos estatutos, o NIF, o domicílio fiscal, a área económica em que se desenvolve a sua atividade e as atividades que pretendem apoiar.

Os Beneficiários devem fornecer uma cópia do seu programa ou plano de atividades do ano em que receberão as liberalidades, e a comprovação da utilização das liberalidades recebidas para o fim que foram concedidas.

#### **Ser transparente**

Ao conceder/receber as liberalidades, os Mecenas e os Beneficiários deverão de imediato comunicar por escrito a Direção Geral das Contribuições e Impostos e farão constar as mesmas da sua declaração fiscal.

#### **Ser compatível**

As liberalidades não podem ser em benefício direto de pessoas ligadas ao Mecenase, como, o gerente e os sócios da empresa, seu conjugue ou parentes até o 3º grau e os afins ou às pessoas singulares ou coletivas que se encontram em situação de irregularidade para com o Fisco.

---

\*\* Segundo o documento elaborado pela FICASE com apoio do Programa Conjunto UNJP/CVI/042/UNJ, da Cooperação Luxemburguesa e da ARAP

### **Ser leal**

A simulação e/ou sobrevalorização de liberalidade a fim de obter ganho é considerado crime de fraude fiscal nos Termos do Código Geral Tributário.

A lei de mecenato integrante no CBF desposto no artigo 32.º a 41.º tem como objetivos subjacentes a fomentar, proteger e desenvolver as áreas já referidas acima.

## Capítulo III

### **6. Análise empírica do planeamento fiscal nas empresas em sede de IRPC nas empresas em são vicente**

#### **6.1 Empresas em são vicente**

De acordo com a lei **70/VIII/2014**, a empresa é a unidade económica constituída por pessoas singulares ou coletivas, em conformidade com a forma de organização ou gestão empresarial prevista na lei, que tenha por objeto desenvolver atividades de extração, transformação, produção e comercialização de bens ou prestação de serviços.

Os dados do INE (Instituto Nacional de Estatísticas), referente ao ano 2015, mostram que em São Vicente existem num total de 1.807 empresas sendo 641 em regime de contabilidade organizada, com um volume de negócios por volta de 67.083.996\$63, de maneira que empregam num total de 9.864 funcionários.

A população do nosso estudo são as empresas em sede de IRPC em São Vicente, ou seja, em regime de contabilidade organizada que de acordo com o disposto no número 1, alínea a) do artigo 20.º do CIRPC, não preencham os pressupostos para estarem no regime simplificado para as micro e pequenas empresas ou que por eles não optem nos termos de legislação especial.

A amostra considerada como apenas uma parte da população, que neste caso, foi alvo apenas 5 empresas para o estudo, que remonta na entrevista das mesmas.

#### **6.2 Análise do resultado das entrevistas**

A entrevista foi o método utilizado para atingir os objetivos do estudo, de modo que conseguimos opiniões iguais e outras deferentes de alguns responsáveis financeiros no que tange as suas empresas.

De acordo com o entrevistado número 1,2,3 e 5 a suas empresas tem o conhecimento de planeamento fiscal, embora o efetuam somente na ótica de um planeamento normal sem nenhum estudo aprofundado, onde o objetivo é apenas o cumprimento dos prazos

estabelecidos pela administração fiscal no cumprimento do mesmo. Isto porque segundo eles a empresa não tem uma grande dimensão quer física ou financeira que requer este tipo de assessoria fiscal, e sem nenhum estudo feito pela empresa afirmaram que contratar uma profissional para tratar apenas do *dossier* fiscal o custo seria maior que o benefício, de modo que contabilista esta sobrecarregado de tarefas, não é possível lhe atribuir mais funções e afirmam que o planeamento fiscal para a redução de tributos não tem nenhuma relevância para as suas empresas.

Já para o entrevistado número 4, o planeamento fiscal esta integrado no orçamento anual da empresa embora não há nenhum departamento responsável apenas pelo *dossier* fiscal, tendo em conta que é tratado pelo departamento financeiro. A empresa além de fazer o planeamento fiscal de tesouraria para o cumprimento fiscal, referente aos pagamentos fracionados, faz o possível para se aproveitar de todos os benefícios fiscais, fornecidos pelo Estado, constantes no código dos benefícios fiscais, como por exemplo a empresa concede estágios e oferece ao estagiário um salário, que por sua vez, aumentam o pessoal, a produtividade, isto é, o “know how” tornando a empresa, mais competitiva no mercado, e esse custo com o estagiário é majorado de acordo com o BF.

O número 4 frisa que a área fiscal tem um papel preponderante nas tomadas de decisões, como por exemplo na geração de emprego, auxilia na definição do perfil dos candidatos. Ainda salienta que a empresa oferece sempre donativos para as atividades culturais e desportivas às associações devidamente constituídas, uma vez que a empresa esta enquadrada como Mecenaz, além de apresentar uma boa imagem a comunidade, deduz a quantia do donativo no tributo de acordo com a lei de mecenato.

Todos os entrevistados consideram que o BF é importante e o melhor método existente no orçamento do estado que faz com que a carga fiscal seja reduzida dentro dos parâmetros legais das leis fiscais nacionais. E nessa linha um dos entrevistados argumenta que o planeamento fiscal deve ser levado em conta na tomada de decisões, porque dificilmente é conseguido obter alguma vantagem fiscal, depois da tomada de decisão sem levarem em conta as considerações fiscais. Seguindo o mesmo raciocínio nas empresas entrevistadas apenas uma é quem toma decisões auxiliando no planeamento fiscal de forma conseguir as vantagens fiscais.

Os entrevistados afirmam que é o contabilista o responsável por esta área, ou seja, não existe dentro da instituição nenhum responsável que tem como responsabilidade somente o dossier fiscal, e nenhuma das mesmas recorrem a gabinetes externos por algum tipo de acessória fiscal.

De acordo com alguns outras fontes abordadas, em grandes empresas sediadas na Cidade da Praia e alguns chefes de gabinetes de contabilidade, auditoria e assessoria fiscal, este método ainda não faz parte da nossa cultura organizacional, onde por muitos gestores e empresários é desconhecido, e em exceção a alguns sem base em nenhum estudo é visto como um custo para a empresa.

Tendo como o base o chefe de um dos gabinetes entrevistados, relativo ao Portugal, país que estudou e trabalhou por alguns anos, sempre na área financeira, fala que é indispensável para qualquer empresa em regime de contabilidade organizada um assessor fiscal ou um quadro da empresa responsável pela área fiscal. E que relativamente estamos atrasados cá em Cabo Verde isso porque nem a administração fiscal esta a acompanhar esta tendência, que pode-se dizer mundial, uma vez que ainda estão a rever e a fazer retificações as contas do ano 2015, e que planeamento fiscal teria uma outra dinâmica se era pago ao fisco o justo valor devido como as retenções na fonte que acontecem com das pessoas singulares.

No que diz respeito a relação entre a contabilidade pode se observar, que em todas as empresas entrevistada, os assuntos fiscais são tratados pelo contabilista, onde revela-se que a área, mas próxima da fiscalidade dentro de uma instituição é a contabilidade e a fiscalidade só se faz com a contabilidade, de modo que a fiscalidade esta relacionada com a contabilidade.

É de ressaltar que o entrevistado numero 1, a sua empresa só faz a contabilidade porque é obrigada, estando no regime de contabilidade organizada e que a contabilidade não serve de suporte ou auxilia na tomada de decisão, a contabilidade só é feita para os efeitos fiscais.

Ambos os entrevistados declaram que a empresa tem uma boa relação com o fisco que nunca foram penalizados ou mesmo advertidos por algum incumprimento fiscal ou infração.

É de salientar que a todas as empresas entrevistadas repudiam o discurso dos políticos, no que se refere que o Estado quer é ajudar as empresas, afirmando que o estado, só se preocupa com o imposto, em arrecadar mais e mais impostos para o cofre do mesmo.

Relativamente ao planeamento fiscal todos o fazem, o que difere uma das outras é dimensão do planeamento. Uma empresa que faz um bom planeamento fiscal além de cumprir, os calendários fiscais, reduzir a carga fiscal e aproveitar todos os benefícios oferecidos pelo Estado que enquadram no seu regime, no que desrespeito as empresas que não o fazem decilmente comprem, o calendário fiscal e quando cumprem, segundo o atual chefe da repartição de finanças são alvos de muitas correções e retificações por parte da administração fiscal, as contas estão na maioria das vezes em desordem, embora sempre querem pagar a menor quantia possível do imposto não utilizam nenhum método que fazem com que o valor a pagar seja reduzido lícitamente.

## **7. Considerações Finais**

Em relação a análise apresentados no trabalho, podemos concluir que o planeamento fiscal é um instrumento inquestionável para a gestão das empresas no que tange o cumprimento dos calendários fiscais e diminuição da carga fiscal, em conformidade com o sistema fiscal vigente.

As empresas que desconhecem este método, e outras mesmo que tem conhecimento não o aplicam devidamente, dificilmente conseguirão reduzir a carga fiscal lícitamente, não recorrendo aos atos contra a lei fiscal e na maioria das vezes estão sempre no limite do prazo da entrega das declarações há administração fiscal, muitas das vezes sujeita a grandes correções pelo fisco.

A implementação de um planeamento fiscal eficiente e eficaz tem custos de modo que algumas médias empresas podem não o implementar e desenvolve-lo, analisando-o hipoteticamente sem base em nenhum estudo que não trás nenhum benefício para empresa.

É de ressaltar que o impacto do planeamento fiscal é mais forte numa grande empresa que é considerado como grande contribuinte de que uma media empresa. Isso dá-se ao valor que é devido pelo imposto, em relação a redução da carga fiscal.

O BF é uma forma lícita de redução significativa da carga fiscal e provavelmente aumentar a produtividade, a competitividade e a rentabilidade da mesma, uma vez que os contribuintes consigam, realizar um planeamento eficiente e eficaz.

Ao terminar, o trabalho permitiu constar que a fiscalidade só se faz com a contabilidade e tudo que é aplicado fiscalmente está na lei. Também permitiu o conhecimento que o planeamento fiscal não é uma prioridade para as nossas empresas, tendo em vista que muitos só têm a contabilidade organizada, que é crucial para o sucesso de qualquer negócio, porque são obrigados pela lei fiscal, e fazem a contabilidade para o fisco e não como um instrumento que auxilia na tomada de decisões, do registo e do controlo do património.

É de salientar que o trabalho traz alguns benefícios para as empresas e ajuda na divulgação do BF e da lei de mecenato, contribuindo ainda para a divulgação do tema fazendo com que os empresários e ou gestores deem uma devida atenção em relação a este método.

### **Limitações do estudo**

O trabalho foi condicionado na medida em que houve dificuldade em conseguir uma empresa que não utilizasse este método e outra que o utilizasse de uma forma eficiente e eficaz, que tivesse implementado o planeamento fiscal para que pudéssemos apresentar os dados de uma e de outra, estabelecendo uma comparação. Também a falta de livros e artigos tendo em conta que o tema é pouco falado no país e no que diz respeito a disponibilidade dos gestores na concessão de entrevistas, alegando estarem sempre ocupados.



## 8. Bibliografia

- A. Barros Lima Guerreiro, e. a. (2005). *Guia do Fisco 2005*. Lisboa: INFORFI.
- Almeida, R. M. (2009). *Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro*. ATF- Edições Técnicas.
- Andrade, J. (Maio de 2014). Planeamento Fiscal em Sede de IRPC em São Vicente. *Monografia*. Mindelo, Cabo Verde.
- Barata, A. d. (1999). *Contabilidade, Auditoria e Ética nos Negócios* (2º ed.). Lisboa: Editorial Notícias.
- Carneiro & Marques, D. B. (2015). O planeamento Fiscal e seus Limites e o Direito Lígítimo ao Planeamento. Dezembro.
- Carvalho, J. E. (S/Data). *Gestão de Empresas Princípios Fundamentais*. S/Localidade: Edições Silabo.
- Carvalho, J. I. (S/Data). *Gestão de Empresas Princípios Fundamentais*. S/Localidade: Edições Silabo.
- Costa, C. B. d., 2007. *Auditoria Financeira*. 8.ª edição ed. Lisboa: Rei dos Livros.
- Ferreira, R. F. (2006). *Análises de Fiscalidade e Contabilidade*. Lisboa: Publisher Team.
- Ferreira, R. F. (2007). *Contabilidade para Não Contabilistas*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Ferreira, R. F., & Associados. (S/Dia de S/Mês de 2014). *TAX & BUSINESS*. Obtido de U M O L H A R S O B R E . . . "O sistema Fiscal Caboverdiano: [http://www.rffadvogados.com/xms/files/KNOW\\_HOW/Guias/Cabo-Verde/guia\\_fiscal\\_de\\_cabo\\_verde\\_vf.pdf](http://www.rffadvogados.com/xms/files/KNOW_HOW/Guias/Cabo-Verde/guia_fiscal_de_cabo_verde_vf.pdf) [consultado em 29/03/2015 pelas 10h:13]..
- Gomes, N. d. (2000). *Manual de Direito Fiscal* (9º ed.). Lisboa: Rei dos Livros.
- Lourenço, J. C. (2000). *A Auditoria Fiscal* (2º ed.). Viseu: Vislis Editores Lda.
- Lourenço, J. C. (2000). *A Auditoria Fiscal* (2º ed.). Viseu: Vislis Editores, Lda.
- Muhacha, B. (14 de Outubro de 2016). *Colégio-moz*. Obtido de blogspot.com: [https://benymuhacha.blogspot.com/2016/10/normal-0-false-false-false-en-us-x-none\\_24.html](https://benymuhacha.blogspot.com/2016/10/normal-0-false-false-false-en-us-x-none_24.html) [consultado em 29/03/2015 pelas 10h:20]..
- Nunes, P. (2015). *Planeamento*. Obtido em 1 de Fevereiro de 2017, de <http://knoow.net/cienceconempr/gestao/planeamento/>.
- Paz, C. D. (2015). A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ACADÉMICA NO ENSINO SUPERIOR: O CASO DA UNIVERSIDADE DO. Mindelo.

- Rascão, J. P. (2012). *Novas Realidades na Gestão e na Gestão da Informação*. Lisboa: Edições Sílabo Lda.
- Santos, A. D., 1988. *A Fiscalidade e a Contabilidade*. Coimbra: Livraria Almeida.
- Santos, A. C. (2008). *Planeamento Fiscal*. Porto.
- Silva, A. C. (2008). *Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade*. São Paulo: Editora Atlas S.A.
- Silva, A. F. (Novembro de 2008). *O direito dos contribuintes ao planeamento fiscal*. Obtido em 1 de Fevereiro de 2017, de [https://www.occ.pt/downloads/files/1227698706\\_42a45\\_fiscalidade.pdf](https://www.occ.pt/downloads/files/1227698706_42a45_fiscalidade.pdf).
- Silva, A. F. (S/Dia de Novembro de 2008). *O direito dos contribuintes ao planeamento fiscal*. Obtido de [https://www.occ.pt/downloads/files/1227698706\\_42a45\\_fiscalidade.pdf](https://www.occ.pt/downloads/files/1227698706_42a45_fiscalidade.pdf) [consultado em 29/08/2015 pelas 10h:10].
- spov, a. s. (2000). *dkacl asdmcp mkal* (ewfces ed.). acedfc: efea.
- Ventura, A. (2014). *Lições de Direito Fiscal*. Parede: Chiado Editora.
- VIANA, V. (19 de Agosto de 2016). *VidaEconomia. A evasão fiscal*, p. 20.
- Zeff, S. A. (S/dia de Novembro/Dezembro de 2014). *A Evolução do IASC para o IASB e os Desafios Enfrentados*. Obtido de Sielo: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-70772014000500300](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-70772014000500300) [consultado em 29/03/2015 pelas 11h:35].

#### **Sites de pesquisa:**

<http://www.dnre.gov.cv>

<http://www.ine.cv>

<http://www.google.cv>

<http://scholar.google.com.br>

#### **Legislação:**

Orçamento do estado 2017

Lei nº 45/VI/2004- Mecenato- legislação Aplicável

Lei nº47/VIII/2013- Aprova o Código Geral Tributário

# **ANEXOS**

## **Guião de Entrevista a Direção**

Na realização do trabalho de conclusão de curso em Contabilidade e Finanças, na Universidade do Mindelo, cujo tema “Planeamento Fiscal em sede de IRPC na Empresas em São Vicente” venho deste modo solicitar que conceda uma entrevista com o objectivo de aprimorar mais conhecimento da gestão, redução e pagamentos dos impostos por parte das organizações.

Para o efeito torna-se indispensável conhecer a realidade do sistema fiscal, tirar conclusões e efectuar sugestões que sejam uteis relativos a melhor utilizações dos recursos e desempenho das organizações.

Garanto desde já a completa confidencialidade das informações adquiridas, sem outro assunto de momento, agradeço desde já a vossa compreensão e disponibilidade.

### **Guião de entrevista:**

1. A sua empresa tem conhecimento deste metodo?
2. A empresa o utiliza?
3. E realizada através de recursos internos ou recorrem a gabinetes externos?
4. Como vê os Benefícios Ficais na redução dos tributos?
5. Como é preparada a informação contabilística?
6. É a contabilidade quem trata dos assuntos ficais ou tem um serviço especifico interno ou externo para o efeito?
7. Alguma vez a empresa já sofreu algum tipo de penalização no incumprimento fiscal?
8. Com que finalidade a empresa faz o planeamento fiscal?
9. Lenvam em conta os efeitos fiscais na tomada de decisões?
10. A empresa utiliza algum outro método de redução da carga fiscal?
11. A empresa oferece algum tipo de donativos?
12. Esses donativos são dedutíveis à coleta?
13. A empresa esta enquadrada como mecena?
14. Quais as vantagem visíveis do planeamento fiscal na sua empresa?

15. Qual a sua opinião pessoal em relação a importancia do beneficio fiscal e a lei de mecenatos?
16. Na sua opinião consideras o planeamento fiscal como viavel?
17. Consideras verdadeira o discurso dos politicos em que diz que o estado so quer ajudar as empresas.

Obrigado

João Miguel Tavares da Veiga